



POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

OS HERÓIS DA SOCIIEDADE



Pág.04 e 05

USO PRECOCE DE TELAS PODE CAUSAR DANOS
IRREVERSÍVEIS EM CRIANÇAS

Pág.07



DR. JOÃO DESBUROCRATIZA SERVIÇOS COM
LEI QUE ELIMINA CERTIDÕES

Pág.03



AS MULHERES SANGRAM
EM MATO GROSSO

Pág.06



GOVERNADOR DIZ EM LISBOA
QUE MT CONTRIBUI PARA A
PAZ NO PLANETA

Pág.03



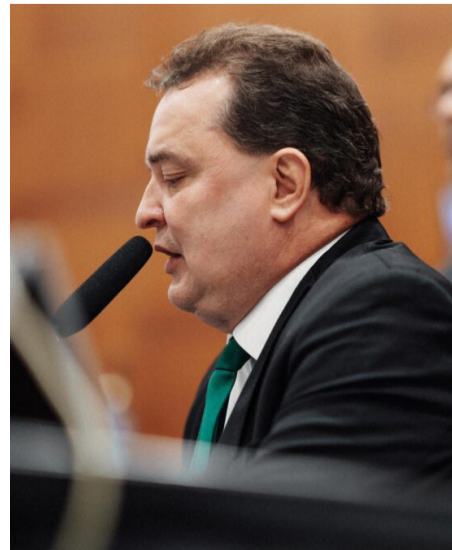
SÉRGIO RICARDO AMPLIA
PRAZO E LIDERA CONTROLE
DE CONSIGNADOS NO MT

Pág.03



MAX RUSSI COBRA RIGOR
NO COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER EM MT

Pág.03



CLARO & ESCURO

CARLOS ARAÚJO SOPRA VELINHAS E ASSINA NOS BASTIDORES

Carlos Araújo pode até não aparecer mais no Diário Oficial como servidor da Prefeitura de Várzea Grande, mas nos bastidores continua firme como um pilar da gestão. Marido da prefeita Flávia Moretti (PL), segue despachando informalmente no gabinete de Assuntos Estratégicos. Opina, decide e, segundo relatos internos, manda mais que muitos secretários nomeados.

Mesmo exonerado após a vigência da Lei Municipal nº 5.362/2024, que exige currículo, diploma de ensino superior e justificativa formal para ocupar cargos comissionados, Carlos nunca saiu de fato do poder. A norma foi considerada inconstitucional pelo Ministério Público, que apontou vícios e violação à separação dos Poderes. A análise segue agora no Tribunal de Justiça.

Enquanto isso, ele segue como figura central. Teve até festa de aniversário dentro da própria prefeitura, com direito a bolo, servidores e palmas na sala de reuniões. Um gesto simbólico e ruidoso de que seu papel segue ativo, ainda que fora da formalidade.

A situação lembra os tempos da gestão Lucimar, quando o senador Jayme Campos (União) era apontado como o verdadeiro comandante da máquina pública. Em Várzea Grande, a prefeita é de direito. Mas, de fato, quem parece dar as cartas é o marido.

Triste retrato de uma gestão que foi eleita com o discurso da renovação, mas que insiste em se apegar aos velhos hábitos do poder.

EMANUEL PINHEIRO TIRA FÉRIAS ATÉ 2026

Emanuel Pinheiro (MDB), ex-prefeito de Cuiabá e atual técnico legislativo da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, emplacou sua terceira licença consecutiva desde que reassumiu o cargo no início do ano. O novo afastamento, autorizado sob a justificativa de assiduidade acumulada, se estenderá por generosos 450 dias. Na teoria, ele está lotado no gabinete do deputado Juca do Guaraná (MDB). Na prática, está em casa, recebendo em dia.

Durante esse período, o salário médio de R\$ 18.874,23 continuará sendo depositado religiosamente. Só nos primeiros seis meses do ano, já soma mais de R\$ 180 mil em vencimentos brutos e férias. O benefício é legal, mas para muitos soa como um privilégio embutido na folha de pagamento. Um plano de aposentadoria disfarçado de função pública.

Enquanto a maioria dos trabalhadores batalha para fechar o mês ou receber o décimo terceiro, Emanuel desfruta de uma licença que mais parece um prêmio vitalício por serviços prestados à própria estabilidade. E ainda tem quem diga que o serviço público é ingrato.

FLÁVIA GASTA, ACUSA, MAS NÃO EXPLICA

A prefeita Flávia Moretti (PL) culpa a gestão anterior por caos financeiro, mas não formaliza nada no Ministério Público. Em seis meses, Várzea Grande não realizou uma única licitação própria. Já gastou mais de R\$ 100 milhões via atas de cidades menores. A folha inchou, a transparência sumiu e até reforma de gabinete teria custado R\$ 500 mil. O Ministério Público precisa agir. Várzea Grande, o segundo maior município de Mato Grosso, não consegue realizar sequer uma licitação? A dúvida permanece. É falta de capacidade técnica ou simples falta de interesse?

ARTIGO

JULHO VERDE: QUANDO A TIREOIDE GRITA EM SILÊNCIO!

FOTO: REPRODUÇÃO REDE SOCIAL/INSTAGRAM



Você já se sentiu esgotado sem motivo aparente? Já percebeu mudanças no seu corpo — como ansiedade repentina, alteração de peso, queda de cabelo ou dificuldade para dormir — mesmo sem ter mudado seus hábitos? E se esses sinais forem, na verdade, um pedido de socorro da sua tireoide?

Cansaço excessivo, sensibilidade ao frio, alterações menstruais, distúrbios do sono e variações de humor podem ser indicativos de disfunções na tireoide. Pequena e localizada na base do pescoço, essa glândula poderosa regula o metabolismo e influencia diretamente o sistema cardiovascular, o emocional, a memória e a energia vital do corpo.

Julho Verde é o mês dedicado à conscientização sobre as doenças da tireoide — e a campanha existe justamente para lembrar que o cuidado com a saúde começa com a atenção aos sinais do próprio corpo. Estima-se que mais de 10% da po-

pulação mundial conviva com disfunções na tireoide. No Brasil, os números acompanham essa mesma tendência silenciosa, porém crescente.

Um dos maiores exemplos é o câncer de tireoide, que, quando detectado precocemente, apresenta altos índices de cura — acima de 90%. “É por isso que o Julho Verde é tão importante: ele te lembra que exames preventivos salvam vidas”, alerta o oncologista Dr. Rogério Leite, referência

nacional em oncologia e cirurgia de cabeça e pescoço.

E atenção: nódulos na tireoide são bastante comuns. “Na maioria das vezes, são benignos. Mas só com avaliação médica é possível saber. Não negligencie. Prestar atenção ao seu corpo é um ato de responsabilidade”, orienta o especialista.

Mesmo sendo pequena, a tireoide tem impacto profundo no bem-estar físico, emocional e até cognitivo. Muitas pesso-

as passam anos tratando apenas os sintomas, sem imaginar que a raiz do problema pode estar ali. É por isso que o Julho Verde vai além de uma data simbólica: é um convite à escuta, à prevenção e ao autocuidado.

Cuidar da tireoide é cuidar da sua saúde como um todo. Um simples exame pode mudar sua história. Julho Verde é o lembrete de que, ao escutar o seu corpo, você dá o primeiro passo para viver melhor — e por mais tempo.

**Dr. Rogério Leite é cirurgião oncológico, especialista em cirurgia de cabeça e pescoço, com foco em câncer de tireoide e tireoidite de Hashimoto. Com mais de 20 mil cirurgias realizadas, alia prática clínica, ciência e prevenção para promover saúde com excelência.*

Os artigos são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do O Mato Grosso.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL: NOVO MARCO REGULATÓRIO EM MATO GROSSO

Os gestores da Administração Pública direta e indireta do Estado de Mato Grosso, bem como dos seus 142 municípios, possuem uma novo dever de casa: estudar e implantar em seus órgãos e secretarias a praxis e a rotina administrativa para o cumprimento da Resolução Normativa 03/2025-PP, editada no último dia 20 de maio pelo Tribunal de Contas do Estado, novo marco regulatório da Tomada de Contas Especial.

A Tomada de Contas Especial pode ser definida como o procedimento destinado a apurar a responsabilidade por dano ao erário, tendo por objetivo investigar os fatos, quantificar o dano, identificar os responsáveis e obter o respectivo ressarcimento. É o instrumento amplamente utili-



FOTO: REPRODUÇÃO / REDES SOCIAIS

zado para apurar irregularidades na transferência voluntária de recursos, como convênios e parcerias. Consideram-se pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelos danos. Daí a relevância do tema, pois a condenação de ressarcimento ao erário pode ser imputada no CPF do agente público.

As principais novidades da nova resolução norma-

tiva são: (i) a discriminação de medidas antecedentes a serem adotadas no prazo de 120 dias, contados do fim do prazo para prestação de contas, como diligências e notificações visando a caracterizar ou elidir o dano; (ii) no caso de omissão no dever de prestar contas, o dever de autoridade administrativa providenciar no prazo de 1 (um) dia o registro dos valores devidos e de instaurar a Tomada de Contas em autuação específica no prazo subsequente de 5 (cinco) dias úteis; (iii) a dispensa de instauração da Tomada de Contas quando o dano apurado não superar a 400 UPFs/MT (cerca de cem mil reais em valores de junho/2025), hipótese na qual o órgão deverá adotar medidas internas para a recomposição ao erário.

Ademais, para fins de prescrição, a nova resolução deixou claro que a citação válida do investigado na fase interna da Tomada de Contas pelo órgão administrativo interrompe o prazo prescricional da pretensão punitiva, marco que é compatível com a Lei Es-

tadual 11599/2021.

Assim, da data da ocorrência do dano ou fim da prestação de contas, a depender o caso, o órgão possui o prazo de 05 (cinco) anos para processar a fase interna e citar o responsável para defesa. Após garantir o contraditório, o órgão deve concluir a fase interna e encaminhar os autos ao Tribunal de Contas para instruir a fase externa e julgamento final das contas.

Em suma, devem os gestores públicos se atentarem à nova dinâmica imposta pela recente Resolução Normativa 03/2025-PP no âmbito do Tribunal de Contas de Mato Grosso e evitar a responsabilidade pessoal.

Leonan Roberto de França Pinto é advogado, procurador do Estado de Mato Grosso e Secretário-Geral da Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso (Aproamat).

Os artigos são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do O Mato Grosso.

ILUSTRAÇÃO POR I.A.



O Mato Grosso
IMPARCIALIDADE COM RESPONSABILIDADE

EXPEDIENTE

RAZÃO SOCIAL	RG MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA
ENDEREÇO	Rua. Francisco Alves, Quadra 32 Jardim Costa Verde Várzea Grande - Cep: 78 128 302
CNPJ	12.003.203/0001-10
E-MAIL	jornalomatogrosso2003@gmail.com
TELEFONE	(65) 99341-5302 (65) 3362-0992
JORNALISTAS RESPONSÁVEIS	Eder Pereira Daniel Costa
DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL	omatogrosso.com Pedro Costa
TRIAGEM	3000 EXEMPLARES
DISTRIBUIÇÃO	GRATUITA

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

GOVERNADOR DIZ EM LISBOA QUE MT CONTRIBUI PARA A PAZ NO PLANETA

Durante o XIII Fórum de Lisboa, realizado em Portugal, o governador Mauro Mendes destacou o papel estratégico de Mato Grosso na promoção da paz mundial, associando a produção de alimentos à segurança alimentar global. O evento reuniu juristas, políticos e empresários do Brasil, de Portugal e de outros países da Europa.

No painel *“Agronegócio e segurança alimentar global: desafios para cooperação”*, Mauro Mendes afirmou que Mato Grosso, maior produtor de grãos e proteínas do Brasil, alia produção em larga escala com preservação ambiental. *“Mato Grosso é o maior produtor do Brasil e faz isso preservando 60% do seu território. Produzir alimentos, garantir esta tranquilidade na segurança alimentar é uma forma de garantir a própria paz do planeta. Quem conhece um pou-*



MAURO MENDES DESTACOU QUE ESTADO TEM PAPEL FUNDAMENTAL NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

co da história sabe que a briga por alimentos sempre movimentou guerras e atrocidades ao longo do tempo”, disse.

Segundo o governador, o Brasil, e especialmente Mato Grosso, está entre as poucas regiões do mundo com potencial para dobrar sua produção de alimentos sem comprometer a pre-

servação ambiental. Isso, segundo ele, representa uma contribuição direta para a estabilidade global, já que a escassez de alimentos historicamente esteve associada a conflitos. *“Hoje a paz mundial está diretamente ligada à questão da segurança alimentar. E Mato Grosso tem uma responsabili-*

dade global ao fazer isso com sustentabilidade”, acrescentou.

Mauro Mendes também defendeu o fortalecimento da infraestrutura como elemento essencial para manter a competitividade. Ele destacou que o Estado conta com o maior programa de infraestrutura do país, com mil quilômetros

de rodovias asfaltadas anualmente. *“Nenhum outro estado brasileiro chega próximo disso. Estamos criando as condições para escoar nossa produção com eficiência”,* afirmou. O governador, no entanto, criticou o que chamou de entraves burocráticos e a lentidão dos processos de licenciamento ambiental

no país, que, segundo ele, comprometem o desenvolvimento do agronegócio. Como exemplo, mencionou o caso da mina de Autazes, no Amazonas, que tem potencial para suprir metade da demanda de fertilizantes de Mato Grosso, mas aguardou por 15 anos a emissão de licença ambiental.

“Isso não é sério. Nenhum país do mundo trata uma atividade econômica tão estratégica dessa forma. Não podemos ser um país de primeiro mundo enquanto leis e marcos legais permitirem tamanho descaso com temas cruciais”, concluiu.

O discurso reforçou a necessidade de cooperação internacional e de uma gestão pública comprometida com soluções ágeis e sustentáveis. Mauro Mendes reiterou que o Estado está fazendo sua parte e que o futuro do agronegócio passa por equilíbrio entre produção, logística e respeito ao meio ambiente.

COMBATE URGENTE

MAX RUSSI COBRA RIGOR NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MT

FOTO: RODRIGO PRATES/ALMT



ENCONTRO REUNIU REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO, SETOR PRODUTIVO E COOPERATIVAS

Durante sessão plenária, o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Max Russi, trouxe à tona dois episódios graves envolvendo violência contra mulheres e crianças. Visivelmente indignado, cobrou providências imediatas das autoridades e destacou que não há mais espaço para omissão diante de tamanha brutalidade. O primeiro caso relatado envolve uma servidora da Assembleia. Segundo o parlamentar, ela foi abordada por um policial militar na saída de uma festa.

O homem, aparentemente alcoolizado e expulso do local por importunar outras mulheres, reagiu com um disparo de arma de fogo após ser rejeitado. O tiro não atingiu a vítima, mas representou risco real a todos que estavam próximos.

Max Russi afirmou que a Assembleia vai solicitar providências formais à Polícia Militar. Para ele, o caso não é isolado e exige resposta firme do poder público. *“Uma mulher dizer ‘não’ nunca pode ser motivo para ameaça, muito menos para violência”,* declarou.

Reconhecido por sua atuação em defesa das mulheres, Max é autor da Lei nº 11.100/2020, que obriga bares, restaurantes e casas noturnas a adotarem medidas de auxílio a mulheres em situação de risco.

O segundo caso denunciado ocorreu em Paranatinga e envolve uma criança de sete anos, vítima de abuso sexual durante visita à casa da avó. Apesar da gravidade da denúncia, o parlamentar apontou a falta de ação da Polícia Civil, o que tem gerado revolta na comunidade local.

A Procuradoria da Assembleia será acionada para cobrar explicações e providências tanto da Polícia Civil quanto do Judiciário. Max defendeu que a apuração do caso precisa avançar com seriedade e urgência. Ao final de sua fala, afirmou que a Assembleia seguirá acompanhando ambos os casos e cobrando justiça. Para ele, proteger mulheres e crianças é um dever de todos os poderes.

BUROCRACIA ZERO

DR. JOÃO DESBUROCRATIZA SERVIÇOS COM LEI QUE ELIMINA CERTIDÕES

FOTO: MARCOS LOPES/ALMT



PL. DISPENSA CERTIDÕES E FIRMA RECONHECIDA PARA FACILITAR SERVIÇOS

O Projeto de Lei nº 51/2025, do deputado estadual e primeiro-secretário Dr. João (MDB), foi aprovado em segunda votação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). A proposta atualiza a Lei Estadual nº 9.315/2010, alinhando-a à Lei Federal nº 13.726/2018, com medidas como a dispensa de certidões desnecessárias e a adoção de linguagem simples.

“Essa lei vai tirar o peso da burocracia dos ombros do povo. Simplificar é garantir que os serviços cheguem de forma rápida e clara a quem mais precisa”, afirmou Dr. João. O texto dispensa documentos como certidão de nascimento (substituível por RG ou similar), título de eleitor (exceto para votação ou candidatura) e firma reconhecida para autorização de viagem de menores com os pais presentes. Também permite que co-

municações entre o poder público e o cidadão ocorram por telefone ou e-mail, com registro quando necessário. *“São pequenas mudanças que fazem uma grande diferença. Queremos que o cidadão gaste menos tempo com papelada e mais tempo vivendo sua vida”,* disse o deputado.

A proposta ainda incentiva o uso de soluções tecnológicas, promove integração entre União, estados e municípios, e elimina exigências burocráticas desnecessárias nos três poderes. *“Estamos trazendo Mato*

Grosso para o século 21, com serviços mais ágeis e acessíveis. Isso é um avanço para a cidadania”, declarou Dr. João.

Membro da Comissão de Saúde da ALMT, ele destaca que a burocracia muitas vezes atrasa atendimentos. *“Com essa lei, reduzimos barreiras e facilitamos a vida de quem depende do Estado”,* completou.

O projeto segue para sanção do governador Mauro Mendes (União). *“Meu objetivo é que o governo seja um parceiro, não um obstáculo na vida das pessoas”,* concluiu.

CONTROLE TRANSPARENTE

SÉRGIO RICARDO AMPLIA PRAZO E LIDERA CONTROLE DE CONSIGNADOS NO MT

FOTO: THIAGO BERGAMASCO/TCE/MT



O CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO FOI REELEITO DE FORMA INÉDITA E POR UNANIMIDADE

O presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro Sérgio Ricardo, prorrogou o prazo para que instituições financeiras enviem os contratos de empréstimos consignados à plataforma Fiscaliza Consignados. A ferramenta, criada para garantir transparência na apuração das dívidas de servidores públicos, já havia recebido mais de 91 mil documentos até a primeira data-limite.

“Estamos dando uma oportunidade para que tudo seja esclarecido, com

segurança jurídica e responsabilidade com os servidores públicos. Esse é o momento das empresas mostrarem que fizeram tudo certo”, afirmou o presidente, ao destacar o nú-

mero de contratos já recebidos, com destaque para a Capital Consig, Banco Daycoval e Eagle Sociedade de Crédito Direto. Segundo Sérgio Ricardo, há cerca de 300 mil con-

tratos a serem enviados. *“A dívida hoje, somando todos os consignados, ultrapassa R\$ 12 bilhões. Precisamos saber o valor, a taxa de juros e quantos anos de vida o servidor está comprometendo”,* alertou.

A criação da plataforma foi resultado de reunião com instituições financeiras, e o envio dos contratos segue orientações técnicas definidas em manual específico. A plataforma, desenvolvida pela Secretaria Executiva de Tecnologia da Informação (SETI), segue normas internacionais de segurança e exige

autenticação multifator, criptografia, rastreabilidade e ambiente monitorado. O envio é feito em três etapas: preenchimento do Termo de Responsabilidade, preparação dos arquivos conforme manual de boas práticas e envio em PDF com OCR. O não cumprimento dos critérios poderá resultar em medidas administrativas.

O TCE também instalou mesa técnica para discutir o superendividamento dos servidores. O grupo avalia dados da Seplag, que apontam que quase 60% dos servidores têm contratos ativos, com média

de cinco empréstimos por pessoa. Entre os encaminhamentos, estão a suspensão temporária de descontos em folha acima de 35% do salário e a exclusão de operadoras sem representação em Mato Grosso.

Também foi apresentada proposta para criação de um teto legal para o comprometimento da renda e um programa de recuperação fiscal (Refis). Um projeto de lei, já aprovado em 1ª votação na Assembleia Legislativa, trata dos limites e condições das consignações em folha para servidores civis e militares do Estado.

OS HERÓIS DA

HISTÓRIA E ATUAÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO BRASIL



FOTO: PRF-MT

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 GARANTIU À PRF O STATUS DEFINITIVO DE FORÇA DE SEGURANÇA PÚBLICA COM COMPETÊNCIA PARA PATRULHAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS FEDERAIS

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) teve início em 1928, quando o presidente Washington Luís criou o “Corpo de Polícia Rodoviária” de forma experimental e limitada. Em 1935, durante o governo de Getúlio Vargas, formou-se a primeira força-tarefa nas rodovias federais Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo e União Indústria, com cerca de 450 homens em motocicletas, sob o comando do inspetor Carlos de Sá. Com o aumento das rodovias, em 1943 foi criado o Núcleo de Polícia das Estradas de Paraná para vigiar as

vias em construção. Em 1945, a corporação recebeu oficialmente o nome de Polícia Rodoviária Federal, ficando subordinada ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e responsável pela fiscalização das rodovias federais. A partir de 1958, enfrentou incertezas, chegando a ser substituída temporariamente pela Patrulha Rodoviária Federal entre 1963 e 1965. Em 1974, após uma reestruturação no DNER, foi criada a Divisão de Polícia Rodoviária Federal, ampliando suas atribuições para incluir educação no trânsito

e apoio a outros órgãos de segurança. Em 1978, ingressaram as primeiras mulheres na corporação, reforçando sua inclusão. A Constituição Federal de 1988 garantiu à PRF o status definitivo de força de segurança pública com competência para patrulhamento ostensivo nas rodovias federais. Nos anos 1990, a PRF foi vinculada ao Ministério da Justiça e suas competências formalizadas por decreto. Em 1998, a carreira de Policial Rodoviário Federal foi oficializada como cargo de nível superior, elevando o padrão profissional da instituição.



FOTO: PRF-MT

EM 1964, COM O NOVO CENÁRIO POLÍTICO, O DSPF FOI REORGANIZADO PELA LEI Nº 4.483

PRESENÇA NACIONAL E ESTRUTURA EM MATO GROSSO



FOTO: PRF-MT

EM MATO GROSSO, A PRF OPERA EM 15 UNIDADES OPERACIONAIS E 7 DELEGACIAS

Em 2025, a PRF completa 97 anos de existência desde sua criação em 1928. Atualmente, está presente nas 27 unidades da federação, com efetiva atuação em rodovias federais por todo o país. Em Mato Grosso, a PRF opera em 15 unidades operacio-

nais e 7 delegacias, distribuídas estrategicamente nas principais cidades do estado. Segundo o superintendente, a PRF está presente nas cinco rodovias federais que cortam o território mato-grossense, totalizando quase **5.400 km** de extensão. **“Estamos em todas as regiões**

deste grande Mato Grosso”, afirmou.

A superintendência da PRF em Mato Grosso conta atualmente com 518 servidores, distribuídos entre as áreas operacionais e administrativas, atuando tanto na sede em Cuiabá quanto nas delegacias.

COMANDO DA PRF EM MATO GROSSO VOLTA PARA ARTHUR NOGUEIRA



FOTO: OMATOGROSSO.COM

NOGUEIRA RETORNA AO POSTO PELA SEGUNDA VEZ, REAFIRMANDO SEU COMPROMISSO COM A MISSÃO INSTITUCIONAL DE PROTEGER VIDAS E PROMOVER A SEGURANÇA VIÁRIA.

No ano de 2025, o policial rodoviário federal Arthur Nogueira reassumiu o cargo de superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Mato Grosso, cargo que já havia ocupado anteriormente. Com 31 anos de carreira dedicados à corporação, Nogueira retorna ao posto trazendo a experiência de décadas de atuação em diversas frentes operacionais e administrativas da PRF. Sua recondução é vista como um movimento estratégico para fortalecer ainda mais o trabalho integrado, o combate à criminalidade nas rodovias federais e a promoção da segurança viária no estado. Natural de Campo Grande (MS), Nogueira ingressou na PRF em 1994 e, ao longo da carreira, passou por diferentes estados e funções, com destaque para a atuação em operações interestaduais de combate ao tráfico de drogas e armas, patrulhamento ostensivo e ações de prevenção a acidentes. Em Mato

Grosso, já havia exercido o cargo de superintendente anteriormente, sendo reconhecido internamente pela liderança técnica e pelo diálogo institucional. Ao reassumir a função, Nogueira destacou que a missão da PRF vai muito além da fiscalização de trânsito. **“Nosso trabalho diário é salvar vidas. Cada dia sem mortes nas rodovias é uma conquista para toda a nossa equipe. Isso mostra que estamos no caminho certo, atuando de forma preventiva, com educação, fiscalização responsável e presença estratégica”**, afirmou. Ele também ressaltou a importância da atuação integrada com outras forças de segurança: **“Mato Grosso está numa região de fronteira e, por isso, tem desafios únicos. Combater o crime organizado exige cooperação com outras instituições estaduais e federais, além de investimento contínuo em tecnologia e capacitação dos nossos policiais.”** Entre as prioridades da

nova gestão, estão o fortalecimento das unidades operacionais em pontos estratégicos do estado, a ampliação dos programas educativos de trânsito, a modernização da infraestrutura da superintendência e a intensificação das ações de combate ao tráfico de drogas, contrabando e crimes ambientais. Segundo Nogueira, a nova sede da PRF-MT, prevista para ser construída até 2026, também será um marco para a valorização da corporação: **“Estamos trabalhando para deixar um legado estrutural. Precisamos de um espaço moderno, com melhores condições de trabalho e atendimento à população.”** O retorno de Arthur Nogueira à superintendência da PRF em Mato Grosso representa, portanto, a continuidade de uma liderança comprometida com resultados, pautada na valorização dos profissionais da segurança pública e na busca constante pela preservação de vidas nas rodovias federais.

SEDE DA SUPERINTENDÊNCIA DA PRF-MT



FOTO: PRF-MT

A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM MATO GROSSO ESTÁ SEDIADA EM CUIABÁ, NA REGIÃO CENTRAL DA CIDADE

Atualmente, a superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso está sediada em Cuiabá, na região central da cidade, em um prédio com 30 anos de existência que antes abrigava o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Localizada em uma área estra-

tégica de fácil acesso às principais vias da capital, essa unidade passou por diversas reformas ao longo dos anos para adequar suas instalações às demandas da corporação. Apesar das melhorias, a estrutura antiga já não atende plenamente às necessidades crescentes da PRF, tanto para os servidores administrativos quanto para os

policiais operacionais. Por isso, a gestão atual, liderada pelo superintendente Arthur Nogueira, planeja para 2026 a construção de uma nova sede moderna, que oferecerá melhores condições de trabalho, maior conforto e infraestrutura adequada para apoiar as atividades essenciais da instituição em todo o estado.

VIÁRIA FEDERAL

A SOCIEDADE

TREINAMENTO E FORMAÇÃO DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

FOTO: PRF-MT



A FORMAÇÃO ALIA TEORIA E PRÁTICA PARA GARANTIR AGENTES APTOS A ATUAR COM EFICIÊNCIA E RESPEITO À LEGALIDADE

O ingresso na Polícia Rodoviária Federal (PRF) se dá por concurso público nacional, seguido de um rigoroso Curso de Formação Profissional (CFP), que prepara os policiais em legislação, direção defensiva, defesa pessoal, armamento, primeiros socorros, ética e direitos humanos. A formação alia teoria e prática para garantir agentes aptos a atuar com eficiência e respeito à

legalidade.

Os desafios da PRF incluem o vasto território brasileiro, a atuação da criminalidade organizada, a imprudência no trânsito e limitações de recursos. A atualização tecnológica é constante para enfrentar métodos sofisticados de criminosos e atender populações vulneráveis nas rodovias. A estrutura da PRF conta com frota moderna, armamento adequado e equipa-

mentos tecnológicos como radares, drones e câmeras corporais. Unidades cinotécnicas com cães farejadores aumentam a eficácia nas operações. A expansão da infraestrutura assegura melhores condições para treinamento e atuação. A PRF mantém sua credibilidade com transparência, respeito à legalidade e busca contínua pela excelência na segurança pública e no desenvolvimento dos policiais.

mentos tecnológicos como radares, drones e câmeras corporais. Unidades cinotécnicas com cães farejadores aumentam a eficácia nas operações. A expansão da infraestrutura assegura melhores condições para treinamento e atuação. A PRF mantém sua credibilidade com transparência, respeito à legalidade e busca contínua pela excelência na segurança pública e no desenvolvimento dos policiais.

DESAFIOS NAS FRONTEIRAS E COMBATE AO TRÁFICO

FOTO: PRF-MT



DE ACORDO COM O SUPERINTENDENTE ARTHUR NOGUEIRA, MATO GROSSO É ATUALMENTE O SEGUNDO ESTADO BRASILEIRO QUE MAIS APREENDE COCAÍNA

Mato Grosso faz fronteira com a Bolívia, país onde se concentram diversos laboratórios de produção de drogas. Isso transforma o estado em uma das principais rotas do tráfico internacional, especialmente de cocaína. De acordo com o superinten-

dente Arthur Nogueira, Mato Grosso é atualmente o segundo estado brasileiro que mais apreende cocaína, ficando atrás apenas de Mato Grosso do Sul. Ele destacou que o crime organizado é dinâmico e está em constante adaptação, o que exige da PRF investimentos em tecnologia

e capacitação contínua para acompanhar e enfrentar essas mudanças.

“Ao passo que avançamos na fiscalização, eles rapidamente alteram seus métodos. Por isso, é fundamental estarmos preparados para interceptar essas ações e proteger a sociedade”, pontuou.

PRF APOSTA NA EDUCAÇÃO PARA REDUZIR ACIDENTES E SALVAR VIDAS NAS RODOVIAS

FOTO: PRF-MT



A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF) ACREDITA QUE A SEGURANÇA NO TRÂNSITO SE CONSTRÓI TAMBÉM POR MEIO DA CONSCIENTIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO NAS RODOVIAS E ATUAÇÃO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

FOTO: PRF-MT



A MEDIDA TEM O OBJETIVO DE COIBIR O EXCESSO DE VELOCIDADE, UMA DAS PRINCIPAIS CAUSAS DE ACIDENTES GRAVES NAS ESTRADAS BRASILEIRAS.

A atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas rodovias federais brasileiras vai muito além da simples fiscalização de veículos. Com presença permanente em pontos estratégicos do país, a instituição desempenha um papel essencial na garantia da segurança viária, no combate a irregularidades no trânsito e na preservação da vida nas estradas. Suas operações são desenvolvidas de forma rotineira e também em ações especiais, especialmente em períodos de maior fluxo, como feriados prolongados.

Entre as principais atribuições da PRF está o controle de velocidade nas rodovias, realizado por meio do uso de radares móveis e fixos. A medida tem o objetivo de coibir o excesso de velocidade, uma das principais causas de acidentes graves nas estradas brasileiras. Além disso, os agentes realizam a verificação minuciosa da documentação de condutores e

veículos, checando a validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o licenciamento anual, o registro de veículos e demais exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Outro foco importante do trabalho da PRF é o combate ao transporte irregular de passageiros e de cargas, além da fiscalização de veículos que trafegam com excesso de peso. Essas infrações, além de ilegais, representam riscos significativos à segurança dos demais usuários das vias e causam danos à infraestrutura rodoviária. A fiscalização constante visa garantir que o transporte de mercadorias ocorra de forma legal e segura.

Em situações de acidentes, a presença da PRF também é indispensável. Os policiais rodoviários são responsáveis pelo atendimento inicial das ocorrências, atuando no levantamento pericial, na organização do tráfego e no suporte às vítimas, em parceria com os

serviços de emergência. A atuação ágil e técnica dos agentes contribui para a rápida liberação das vias e para o esclarecimento das causas dos acidentes.

A PRF também adota medidas preventivas em períodos de grande movimentação, como datas comemorativas e férias escolares, quando impõe restrições temporárias à circulação de veículos de carga. A iniciativa busca reduzir o número de colisões e proporcionar mais fluidez ao trânsito. Além disso, a instituição realiza a escolta de cargas perigosas e superdimensionadas, garantindo que esses transportes sejam feitos de forma regulamentada e com o mínimo de risco possível à população.

Com investimentos constantes em tecnologia, capacitação profissional e inteligência operacional, a Polícia Rodoviária Federal mantém seu compromisso com a segurança, a ordem e a proteção de todos que transitam pelas rodovias federais do Brasil.

Mais do que fiscalizar, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) acredita que a segurança no trânsito se constrói também por meio da conscientização. Por isso, desenvolve diversas ações educativas voltadas à prevenção de acidentes e à formação de uma cultura de responsabilidade nas estradas. Entre essas iniciativas estão palestras e blitz educativas em escolas, empresas e comunidades, com o objetivo de sensibilizar diferentes públicos sobre comportamentos seguros no trânsito.

A instituição também participa ativamente de campanhas nacionais, como o Maio Amarelo, que promove a conscientização sobre a importância da segurança viária. Além disso, coordena projetos permanentes, como o FETRAN (Festival Estudantil Temático de Trânsito), voltado para crianças e adolescentes. A proposta é envolver os estudantes em atividades artísticas e educativas, in-

centivando a reflexão sobre o papel de cada um na construção de um trânsito mais seguro.

Outro destaque é o projeto “Cinema Rodoviário”, que exhibe vídeos com histórias reais de acidentes durante abordagens educativas nas estradas. A iniciativa tem como objetivo impactar emocionalmente os motoristas, levando-os

a repensar atitudes de risco como o excesso de velocidade, o uso do celular ao volante e a combinação de álcool e direção.

Com essas ações, a PRF reforça seu compromisso com a preservação de vidas, unindo fiscalização e educação como ferramentas complementares para reduzir a violência no trânsito brasileiro.

FOTO: PRF-MT



A INSTITUIÇÃO TAMBÉM PARTICIPA ATIVAMENTE DE CAMPANHAS NACIONAIS, COMO O MAIO AMARELO, QUE PROMOVE A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA VIÁRIA

FEMINICÍDIO

NEM DELAS VIVAS, NEM DELES MORTAS: AS MULHERES SANGRAM EM MATO GROSSO



FOTO: UNSPLASH/REPRODUÇÃO

Maria Selma Rocha. Vitoria Camilly Carvalho Silva. Andreia Ferreira de Souza. Esses são alguns dos nomes das inúmeras vítimas de feminicídios ocorridos em Mato Grosso apenas no ano de 2025. Segundo dados do Mapa da Segurança Pública de 2025, quatro mulheres são assassinadas por dia no Brasil.

A região Centro-Oeste manteve a maior taxa de feminicídio do país, com 1,87 casos por 100 mil mulheres em 2024, estando acima da média nacional. No mesmo ano, Mato Grosso esteve em nono lugar no ranking de estados que mais registram ocorrências do crime, juntamente com os estados do Pará, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito San-

to, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Já no ano de 2025, os números não parecem melhorar. Somente nos primeiros seis meses do ano já foram registrados 28 casos no estado, um aumento de 31,57% comparado ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

JUDÁ MARCONDES

DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DE DEFESA DA MULHER (DEDM)

FOTO: OMATOGROSSO.COM



SEGUNDO DADOS DO MAPA DA SEGURANÇA PÚBLICA DE 2025, QUATRO MULHERES SÃO ASSASSINADAS POR DIA NO BRASIL.

Eas pesquisas não mentem, os motivos sempre são os mesmos: a maior parte dos crimes ocorrem pelas mãos de ex-companheiros ou companheiros por ciúmes ou por não aceitarem o fim de relacionamentos. “[...] Todos os dias eu atendo mulheres aqui na Delegacia da Mulher retratando esse tipo de situação e que elas tomam decisões que os homens não adm-

te” comenta Judá Marcondes, delegada da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher (DEDM). Em 2024, o Brasil passou a tratar a lei 14.994, Lei do Feminicídio, como crime autônomo, que torna esse tipo de crime ainda mais grave, com penas de até 40 anos de prisão. Uma resposta necessária, mas tardia. Nenhuma lei traz de volta o que foi arrancado à força.

FEMINICÍDIO NÃO É UMA EXPLOÇÃO. É UM ACÚMULO.

FOTO: X/GOVERNO DE SC



SAIBA COMO IDENTIFICAR AS TRÊS FASES DO CICLO E COMO ELE FUNCIONA

Ele nasce no grito, no controle disfarçado de cuidado e no ciúmes disfarçado de carinho. O nome disso é ciclo da violência e ele é dividido em três fases, segundo a psicóloga norte-americana Lenore Walker:

Aumento da tensão: o agressor se mostra irrita-

do com coisas pequenas, chegando a ter acessos de raiva, humilha a vítima, ameaça e destrói objetos. A vítima sempre busca acalmar o agressor e segue pisando em ovos, com medo de fazer algo que possa provocá-lo. Os sintomas majoritariamente são muita tristeza, ansiedade, medo, entre outros senti-

mentos.

Geralmente, nessa fase, a vítima tende a negar o que está ocorrendo. Acha que fez algo de errado para justificar o comportamento ou alguma desculpa como “ele teve um dia ruim no trabalho”. Essa tensão pode durar dias ou anos, mas a tendência é sempre aumentar.

Ato de violência: essa fase corresponde a explosão do agressor, aqui toda tensão acumulada na fase 1 se materializa em violência física, verbal, psicológica, moral ou sexual. Nesta fase a mulher tende a pedir ajuda e se distanciar do agressor.

Aqui ela sente uma tensão psicológica severa: insônia, perda de peso, ansiedade, vergonha, confusão e dor.

Lua de mel: é nesta fase que o agressor se mostra arrependido, se tornando “amável” para conseguir a

reconciliação. Geralmente é nesta fase onde a mulher se sente pressionada a reatar o relacionamento, principalmente quando se tem filhos. Ela volta e ele diz que “vai mudar”.

Por fim, esse é o período tranquilo do relacionamento, onde a vítima constata os esforços do parceiro para mudar de atitude. Pode ser uma fase acompanhada de presentes também, por fim, a tensão reinicia e volta-se para a fase 1.

“Eu digo para as mulheres ficarem atentas aos sinais, ao menor sinal de violência, procure a Polícia Civil, solicite medidas protetivas. A maior parte dessas mulheres que sofreram feminicídio não procuraram a polícia, isso é muito importante da gente dizer. Quando a mulher se cala, ela está abrindo caminho para um feminicídio ou violências graves, então é importante que a mulher procure a Polícia Civil e rompa o ciclo de violência.”, orienta Judá.

ELAS PEDEM SOCORRO, MAS SERÁ QUE O SISTEMA ESCUTA?

FOTO: REPRODUÇÃO



MATO GROSSO EMITIU MAIS DE 15 MIL MEDIDAS PROTETIVAS NO ANO DE 2024

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Mato Grosso emitiu mais de 15 mil medidas protetivas no ano de 2024. Nos casos ocorridos neste ano, em pelo menos quatro deles haviam registros de violência doméstica anteriormente, mas apenas duas tinham medida protetiva. Elas denunciaram,

mas continuam desprotegidas. Isso quando há denúncias.

Em um esforço para proteger as mulheres, o governo de Mato Grosso implementou o aplicativo “SOS Mulher MT”, que conta com um botão de emergência por onde a vítima pode fazer um pedido de socorro quando

o agressor descumprir a medida protetiva. O botão de pânico está disponível, por enquanto, apenas nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Cáceres e Rondonópolis.

“[...] aqui nós encaminhamos para a terapia, fazemos encaminhamentos de proteção, ela sai com o botão de pânico para acionar caso ele descumpra a medida protetiva, esse homem pode ser preso em flagrante. Então, quando ela procura a polícia, ela na verdade está se revestindo de vários dispositivos de proteção.”, recorda a delegada.

Em outras cidades o aplicativo pode ser usado para outros serviços como acesso a telefones de emergência, solicita-

ção de medida protetiva online, endereços das Delegacias da Mulher, entre outras funções.

Não é surto. É sistema. É machismo.

Feminicídio não nasce do nada. Ele é o desfecho previsível de uma cultura que ainda acredita que mulher é posse e não pessoa. A cada assassinato, o que explode é a frustração masculina diante da perda do controle. O “não” delas vira sentença, o fim do relacionamento se transforma em motivo de execução. Segundo dados da pesquisa PoderData, feita em 2021, 83% dos brasileiros admitem existir machismo no Brasil. Porém, apenas 11% dos entrevistados se consideram machistas.

“Essa é uma sociedade

que ainda está presa nesse conceito muito arcaico de que o homem, para ser honrado, precisa ter controle sobre a mulher. Então muitos homens matam para manter a honra ilibada e a honra de um homem nunca estará no corpo de uma mulher [...]”, explica Judá Marcondes.

O machismo cria homens que não suportam ouvir “não”, que não toleram ser contrariados, que confundem, ou fingir confundir, controle com cuidado. E enquanto isso, as mulheres seguem se explicando, se protegendo, se escondendo, pedindo ajuda até não ter mais tempo. Esse sistema não falha por acidente, ele foi construído para funcionar assim: proteger o agressor, desacre-

ditar a vítima, romantizar controle, chamar de “relacionamento conturbado” o que é puro abuso.

Até quando? Enquanto você lia este texto, uma nova medida protetiva foi solicitada em algum lugar de Mato Grosso. Talvez, neste exato momento, outra mulher esteja apanhando do homem que jurou protegê-la.

Ela pode viver. Ou não. Depende se o ciclo vai se romper, se alguém vai escutar antes que seja tarde. Depende, ainda mais, de um país que aprenda, de uma vez por todas, que mulher não é posse. Mulher é gente.

***Cami Almeida
Sob supervisão de Gene Lannes***

CANTO DAS DELÍCIAS

Mais que **Delícia**

A COMIDA **MAIS** PEDIDA

faça seu Pedido

PEÇA JÁ

(65)9.9255-8237

SIGA NAS REDES

INFÂNCIA PROTEGIDA

USO PRECOCE DE TELAS PODE CAUSAR DANOS IRREVERSÍVEIS EM CRIANÇAS

É na primeira infância que se estabelecem as bases mais importantes do desenvolvimento humano, com avanços significativos no sistema motor e cognitivo, especialmente nos primeiros dias e meses de vida. Nesse período, ocorre o amadurecimento acelerado das estruturas cerebrais, momento em que o estímulo adequado pode impulsionar ou comprometer habilidades fundamentais. Apesar disso, muitos pais, por desconhecimento, recorrem a recursos aparentemente inofensivos para entreter, acalmar ou distrair a criança, entre eles, o uso de telas.

No mundo moderno, telas como celulares, tablets, televisores e jogos digitais oferecem conteúdo atraente com a promessa de ajudar no processo educativo, mas seu uso inadequado pode ser extremamente prejudicial. Entre os prejuízos, destaca-se o impacto direto no desenvolvimento da fala e da linguagem, além de atrasos em outras habilidades essenciais para o crescimento saudável. Grande parte dos conhecimentos que moldam a criança ocorre até os dois anos de idade, quando ela



OMS ORIENTA QUE CRIANÇAS DE ATÉ 2 ANOS EVITEM QUALQUER CONTATO COM TELAS

começa a tomar consciência de suas próprias capacidades. Por isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) orienta que crianças de até dois anos não tenham contato com telas, justamente por estarem em um momento decisivo para o desenvolvimento neurológico, emocional e social. A exposição precoce pode contribuir para atrasos no aprendizado da linguagem

e prejuízos na interação com o meio.

Segundo a fonoaudióloga Camilla Guarnieri, doutora em fala e linguagem pela USP e pela University of South Florida (EUA), o uso de telas afeta a forma como a criança se comunica e interage com o ambiente familiar. **“Muitos pais chegam com queixas de atraso na fala e dificuldades de comunicação.**

Inicialmente, suspeitam de transtornos, mas ao investigar a rotina, percebemos que o uso excessivo de telas influencia diretamente os hábitos familiares e a maneira como a criança se comunica”, explica.

Celulares, tablets, televisão e jogos são os meios mais utilizados e, muitas vezes, deixam a criança além do tempo recomen-

dado em frente às telas. Para crianças mais velhas, o uso de redes sociais também é um fator preocupante, pois além de afetar o desenvolvimento, aumenta o risco de transtornos emocionais como ansiedade e depressão. Esses fatores podem interferir no funcionamento neural e comprometer áreas como a concentração, a memória e a interação social, habilidades essenciais para o desenvolvimento da fala e linguagem.

“Entre os prejuízos mais comuns estão o uso de vocabulário restrito, dificuldades nas brincadeiras simbólicas (como faz de conta), incapacidade de permanecer em uma mesma atividade diante de dificuldades e limitações no diálogo. Isso impacta diretamente a vida da criança e de sua família”, alerta Camilla.

Embora a presença constante dos pais nem sempre seja possível, muitos recorrem às telas como uma alternativa prática. A fonoaudióloga reconhece que nem todo conteúdo digital é nocivo, mas adverte que os benefícios são muito inferiores aos prejuízos quando não há controle. **“Se não é possível eliminar o uso, é necessário ao**

menos monitorar o conteúdo e participar ativamente da escolha do que será assistido. O acompanhamento dos pais e de profissionais é fundamental para minimizar os danos”, orienta.

Para auxiliar nesse processo, a OMS recomenda:

Crianças de 0 a 2 anos: nenhuma exposição às telas, devido ao intenso desenvolvimento neural e cognitivo.

Crianças de 2 a 5 anos: exposição limitada a cerca de uma hora por dia, com conteúdo supervisionado.

Crianças acima de 5 anos: no máximo duas horas por dia, com acompanhamento e restrição de conteúdos com possível impacto emocional negativo.

Essas diretrizes reforçam que o tempo diante das telas deve ser cuidadosamente controlado, considerando não apenas a quantidade, mas a qualidade do conteúdo consumido e a participação ativa dos adultos no processo de aprendizagem e socialização das crianças.

Muitas horas de tela podem virar **muitos anos de prejuízos.**

Limite o tempo de tela dos seus filhos antes que as dificuldades de aprendizado e diversos outros impactos negativos apareçam.

TEMPO DIÁRIO DE TELA RECOMENDADO PARA CRIANÇAS*

0 a 2 anos	nenhum contato
2 a 5 anos	até 1 hora por dia
6 a 10 anos	entre 1 e 2 horas por dia
11 a 18 anos	entre 2 e 3 horas por dia

*Fonte Sociedade Brasileira de Pediatria

NÃO TEM DESCULPA. PROVOCAR INCÊNDIO É

CRIME

O GOVERNO DE MT ESTÁ MONITORANDO EM TEMPO REAL. QUEM FOR FLAGRADO QUEIMANDO SERÁ RESPONSABILIZADO CRIMINALMENTE.

📅 PERÍODOS PROIBITIVOS

PANTANAL
01/06 A 31/12

CERRADO E AMAZÔNIA
01/07 A 30/11

ÁREAS URBANAS
ANO TODO

DENUNCIE 193



**MATO GROSSO É
TOLERÂNCIA
ZERO**
CONTRA CRIMES AMBIENTAIS



**Governo de
Mato
Grosso**